

PORQUE

- **SOMOS TRABALHADORES E VIVEMOS DOS NOSSOS ORDENADOS**
- **QUEREM DESPEDIR COM INDEMNIZAÇÕES DE MISÉRIA**
- **SOMOS CONTRA O EMPOBRECIMENTO GENERALIZADO E O AUMENTO DO DESEMPREGO**
- **SOMOS CONTRA AS INJUSTIÇAS E DESIGUALDADES**

PORQUE

- **OS IMPOSTOS AUMENTAM, O CUSTO DE VIDA AUMENTA E OS ORDENADOS CADA VEZ VALEM MENOS**
- **PORQUE NOS QUEREM TIRAR OS SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL**
- **NOS ESTÃO A ROUBAR PARA DAR AOS RICOS E PODEROSOS**

VAMOS TODOS FAZER

GREVE GERAL DIA 24 DE NOVEMBRO

No dia 24 de novembro os trabalhadores das comunicações e telecomunicações têm o dever de lutar, através da greve, para demonstrar que estão contra o que se está a passar nas empresas e no país.

O empobrecimento dos trabalhadores, não só da Administração Pública e Empresas Públicas, mas também do setor privado, dos reformados e pensionistas e da população em geral é, não só socialmente injusto e intolerável, como contraproducente, porque a quebra do poder de compra está a ter efeitos devastadores no mercado interno, levando ao encerramento de empresas e à conseqüente perda de postos de trabalho.

Esta é uma política de terra queimada! A não ser travada, a concretização de mais privatizações, nomeadamente dos Correios, da captação, tratamento e distribuição de água e resíduos, de redução de serviços nas empresas de transportes e comunicações, de cortes no Estado Social, designadamente na segurança social, na saúde e na educação, a par do agravamento da inflação, conduzirá a efeitos desastrosos no desenvolvimento do país, na qualidade dos serviços públicos, na política de prevenção e provocarão o aumento da precariedade, do desemprego, da pobreza e da exclusão social.

É necessário denunciar e combater os ataques do Governo de direita e do patronato que pretendem utilizar e instrumentalizar a concertação social para pôr em causa direitos fundamentais dos trabalhadores, incluindo a proibição do despedimento sem justa causa, direito constitucional de contratação coletiva, compensações por motivo de despedimento, proteção social no desemprego e a desregulamentação dos horários de trabalho. Trata-se de uma subversão da Constituição da República Portuguesa.

Portugal precisa de uma outra política que exija a renegociação da dívida – dos prazos, dos juros e dos montantes a pagar –, e promova o crescimento e o emprego com direitos, aposte na dinamização do setor produtivo, garanta o aumento dos salários e das pensões, assegure a defesa e o reforço das Funções Sociais do Estado e dos serviços públicos, valorize o trabalho e dignifique os trabalhadores.

SÓ O ROUBO DO SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL EQUIVALERIA À DIMINUIÇÃO DE 30% NO SALÁRIO ANUAL DOS TRABALHADORES!

VAMOS TODOS LUTAR

DEFENDER A CONTRATAÇÃO COLETIVA

- **Garantir o exercício pleno do direito de contratação coletiva** consagrado na Constituição da República e a sua promoção como instrumento de distribuição da riqueza e de progresso social e de estabilidade das relações laborais, quer no setor privado, quer na Administração Pública, quer no Setor Empresarial do Estado;
- **Revogar as normas gravosas do Código de Trabalho nomeadamente as que se destinam a promover a caducidade das convenções que visam dificultar a efetivação dos direitos** individuais e coletivos dos trabalhadores, como o da intervenção sindical no local de trabalho e outros que se encontram consagrados, nas convenções coletivas de trabalho;
- **Fazer respeitar os horários** consagrados na lei e nas convenções coletivas de trabalho. Lutar pela redução progressiva do horário de trabalho, para as 35 horas semanais sem adaptabilidade e sem perda salarial, como um meio para criar mais emprego e combater o desemprego.

PROMOVER O EMPREGO E COMBATER A PRECARIIDADE

- **Exigir uma política que assegure o crescimento da economia**, para criar empregos estáveis e com direitos e combater o desemprego;
- **Combater as propostas de alteração da legislação do trabalho**, que têm como finalidade tornar os despedimentos mais fáceis e baratos, reduzir o subsídio de desemprego, generalizar a precariedade, atacar a contratação coletiva e a segurança social;
- **Combater a precariedade** no setor privado e na Administração pública, exigindo que a um posto de trabalho permanente tem de corresponder um contrato efetivo.
- **Combater o trabalho ilegal e clandestino, o trabalho não declarado e o trabalho informal.**

VALORIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO E OS SERVIÇOS PÚBLICOS

- **Lutar contra a subversão do papel do Estado** que está em marcha na Administração Pública, Central, Regional e Local; defender a melhoria dos serviços públicos no respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- **Defender o SNS**, a Escola Pública, a Segurança Social e o Poder Local Democrático; combater a privatização dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, bem como a destruição do Estado Social.

MELHORAR A SEGURANÇA SOCIAL

- **Defender o sistema público de segurança social solidário e universal**
- **Exigir a revogação do designado fator de sustentabilidade** que reduz progressivamente as pensões desde 2008.
- **Rejeitar a proposta de diminuição das contribuições patronais para a segurança social** (taxa social única) que conduz ao enfraquecimento da segurança social universal e solidária e ao aumento de impostos.

RECLAMAR POR MAIOR JUSTIÇA FISCAL

- **Exigir medidas de política fiscal**, de modo a tornar o sistema fiscal mais justo e progressivo;
- **Aplicar um imposto geral sobre a fortuna e os movimentos bolsistas;**
- **Combater a fraude e a evasão fiscal** e contributiva e a economia clandestina.

sntct – a força de continuarmos juntos